**Desmonte do Estado e consequências no PJU e MPU**

*.... Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.
Bertolt Brecht*

1. O capitalismo está empenhado em destruir a soberania das nações e os direitos dos povos, reduzindo o Estado, sucateando e desregulamentando os serviços públicos e retirando direitos dos servidores(as). Essa destruição está em curso no Brasil em todas as áreas do serviço Público. Esse é o resultado inevitável do golpe que ocorreu no país com o objetivo de “quebrar o Estado brasileiro”.
2. O processo começou com a aprovação da EC 95/16, implantando um modelo de Estado mínimo ou Estado inexistente que foi rejeitado em 4 eleições consecutivas pelo povo brasileiro. Congela os investimentos públicos por 20 anos. Vale dizer que a despesa primária, como um todo, ficará congelada por 20 anos no mesmo patamar real de 2016 (NT do DIEESE).
3. Infelizmente sindicatos e Fenajufe não deram a devida importância para a luta contra a PEC do congelamento. A incompreensão política do que significou o golpe e o que isso significava para os direitos da Classe Trabalhadora eixou direções e categoria paralisados.
4. Na votação em primeiro turno no senado (25/11/16), ausência quase total da categoria e das direções sindicais. A mesma omissão no segundo turno no senado (13/12/16). Os movimentos foram impedidos de acessar o Senado e a Esplanada foi fechada com revista de carros e pessoas. Tratamento muito diferente dado aos que foram para a rua protestar com camisetas da CBF e seus patos amarelos.
5. Se hoje se cobra luta é preciso lembrar que a resistência a tudo que está acontecendo não começou ontem. Tivemos vários chamamentos das Centrais Sindicais (22/09/16, 29/09/16) em especial o 05/10/16 Dia Nacional de Luta contra o Desmonte do Estado brasileiro) que contaram com forte presença de servidores em Brasília lutando contra a PEC 241 e as antirreformas de Temer, porém com baixíssima mobilização de nossos sindicatos de base e da Fenajufe.
6. A XX Plenária decidiu pelo alinhamento à luta unificada porém essa decisão não foi suficiente para organizar a mobilização para a Greve Geral do dia 11/11/16, que novamente não contou com a mobilização de sindicatos de base e Fenajufe.
7. A EC 95/16 é hoje o álibi para parcelar salários de servidores nos estados, congelar salários em todas as esferas, suspender nomeações e aumentar terceirização, reestruturações e extinções de setores, anunciar rebaixamento de salários iniciais, demissão servidores estáveis e de privatizações/extinções de serviços e empresas públicas e desmonte do sistema protetivos através da**s** Reforma**s** da Previdência e Trabalhista. Ela trava pautas importantes como negociação Coletiva, data-base e reajuste de benefícios, pois o orçamento não alcançará sequer a reposição de servidores que se aposentam, como já vem ocorrendo em todos os órgãos.
8. O plano é desmontar, sucatear, terceirizar e privatizar diminuindo a atuação do Estado, do PJU e MPU, inclusive. Porque no Estado mínimo a justiça não precisa ser interiorizada e nem ser de fácil acesso à população.
9. Esses ataques alcançam o nosso dia-a-dia, na faculdade e colégio dos filhos, na situação de emprego dos familiares e no nosso cotidiano de trabalho; no desmonte das políticas públicas como o fim do financiamento de moradia popular, extinção do Ciência sem Fronteiras, Farmácia Popular, até projetos que pretendem acabar com a estabilidade dos servidores públicos, como o PLS 116/17 e PL 248/98.
10. O desmonte está na Resolução 219/11 do CNJ que bate direto na JT, em muitos casos inviabilizando o segundo grau do regional e entre outros males, institui a gratificação de desempenho para todos servidores do PJU.
11. Assim se desdobra na ameaça de extinção da JT, que cresce à medida que a Reforma Trabalhista começa a se efetivar. O alvo são os direitos trabalhistas. O mais grave é que os ataques tanto ao Direito do Trabalho quanto à própria JT tem o apoio do Presidente do TST Ives Gandra Filho, que militou publicamente pela aprovação da reforma trabalhista e se apressou em retirar de tramitação 32 projetos de lei sobre a JT para agradar a Temer. A decisão foi revertida, mas demonstra a submissão ao projeto de desmonte.
12. Na JF está nas reestruturações**,** que apontam para **o** enxugamento do quadro, desmantelamento da área administrativa e abertura para a terceirização**.**
13. Na JE no nefasto projeto, do Presidente do TSE Min Gilmar Mendes, de extinção de ZEs, com o objetivo de extinguir de mais de 1000 zonas eleitorais no país e, até a entrega dessa tese, mais de 400 extinções se concretizaram. Essas extinções ignoraram, área geográfica, rede de transporte público e o próprio interesse público. Mas cabe o registro de que essa redução no quantitativo de extinções só foi possível com muita mobilização e luta dos colegas, sindicatos e Fenajufe. Mas o estrago ainda continua grande.
14. Outra “contribuição” do Min Gilmar Mendes foi a alteração de redação na res. 21.538/03, abrindo para terceirização na área fim da JE, substituindo, inclusive a palavra servidor por “atendente”.
15. No STF a Presidenta Cármen Lúcia se nega a receber a Fenajufe para discutir esse grave quadro, assim como também não defendeu o PJU. Ao contrário, colaborou com o congelamento e sucateamento em curso. Por sua vez a Fenajufe e Sindicatos não foram capazes uma crítica consistente a essa postura e nem cobraram responsabilidades dos presidentes dos órgãos e da Presidenta do STF.
16. Temos armas pra enfrentarmos essa luta, mas não muitas chances se não lutarmos de forma coletiva, todos e todas da JT**,** JF e JE, apoiando as lutas **dos outros setores** para que sejamos merecedores quando chegar a nossa vez de ser atacado.
17. Precisamos, mais do que nunca, de uma forte mobilização como categoria e como Classe Trabalhadora. Precisamos construir uma jornada de lutas nacional EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO, Fenajufe, Fonasefe e Centrais Sindicais contra o desmonte, sucateamento e terceirização. Precisamos construir enfrentamento coletivo e buscar apoio da sociedade organizada nos espaços de resistência e combate às reformas e ao desmonte.
18. Precisamos enfrentar e superar o projeto de fragmentação da categoria com criação de sindicatos por cargos e/ou especialidade de cargos. Esse movimento só contribui para nossa fragilização e retira a unidade necessária para enfrentar o momento que estamos vivendo.
19. Mas é preciso ter a clareza de que para enfrentar esse desmonte é preciso mudar a agenda nacional. Não estaremos seguros enquanto no Congresso Nacional estiverem alojados os que golpeiam todos os dias os direitos do povo. Precisamos nos engajar na construção de um projeto de país. Defender as Diretas Já, a Democracia e o Estado de Direito.
20. Se não formos capazes dessa ação coletiva, como servidores e servidoras que se veem como uma só categoria e que se identificam como Classe Trabalhadora estaremos fadados ao poema de Brecht e seremos levados pelo Estado mínimo.
21. Diretas Já para Derrotar as reformas e o desmonte do PJU/MPU.
22. Fora Temer
23. Pela anulação da Reforma Trabalhista e a terceirização sem limites
24. Pelo fim do congelamento imposto pela EC 95/16
25. Não à Reforma da Previdência
26. Em defesa da JT e JE

​

 **Coletivo Democracia e luta**